DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E TRANSFORMAÇÕES NECESSÁRIAS

POLIANA CRISTINE DA SILVA PEREIRA

Resumo:

O artigo aborda a necessidade de repensar as práticas pedagógicas na educação infantil, reconhecendo-a como crucial para a formação integral, incluindo crianças com necessidades educacionais especiais. Destaca a importância da transformação profunda na mentalidade e prática dos educadores, indo além da adaptação de espaços físicos. Apresenta a legislação brasileira que respalda a educação inclusiva, mas ressalta os desafios na efetivação dessas políticas no cotidiano escolar. Enfatiza a colaboração entre profissionais, a adaptação de espaços e a promoção de uma cultura inclusiva como aspectos cruciais. Destaca que a superação do preconceito e a valorização da diversidade sãoresponsabilidades de toda a comunidade escolar. Conclui que a educação inclusiva, como compromisso coletivo, contribui para o desenvolvimento pleno das crianças e para a construção de uma sociedade justa e respeitosa.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Desenvolvimento integral; Diversidade; Práticas Pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Aranha (2005) a educação demanda flexibilidade, para dizer de outro modo, uma abordagem educacional eficaz requer uma constante reavaliação e ajuste, reconhecendo a natureza dinâmica do ambiente educacional e

a diversidade de contextos e necessidades dos alunos para que a prática educacional seja capaz de moldar-se às demandas da educação, em um exercício reflexivo e sensível.

No sentido proposto pelo referido autor, esse texto busca refletir sobre a educação inclusiva no contexto da educação infantil e a necessidade de pensarmos a prática pedagógica como um elemento fundamental para uma inclusão efetiva. Assim, a prática pedagógica inclusiva deve ser forjada pela integração do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória, aliada à disposição para explorar novas abordagens considerando a diversidade dos alunos e suas características individuais. Defendemos uma uma educação mais inclusiva desde os primeiros anos de formação e reiteramos que incluir não apenas favorece o desenvolvimento pleno das crianças com deficiência, mas também enriquece a construção de um ambiente educacional diverso e democrático como um todo.

A metodologia adotada para esta investigação é a pesquisa de natureza teórico-bibliográfica, caracterizada como um recorte do estado da arte sobre questões que envolvem a educação inclusiva na educação infantil. Dessa forma, busca-se oferecer uma visão abrangente e embasada sobre o tema, explorando não apenas as práticas inclusivas, mas também os desafios a serem superados para promover uma educação verdadeiramente igualitária e acessível a todos.

2. DESENVOLVIMENTO

É comum ouvirmos falar sobre a importância da inclusão. As buscas pela inclusão social têm se destacado como um princípio fundamental que permeia as diversas esferas da sociedade contemporânea. Este imperativo se estende à educação, onde inclusão não é apenas uma responsabilidade da instituição educacional, mas também uma demanda coletiva que requer o envolvimento ativo de todos os membros da comunidade escolar.

Os autores Strieder e Zimmermann (2000), destacam que a inclusão genuína implica em transformações profundas nas convicções e práticas pedagógicas. Essa mudança é ancorada na necessidade de adotar perspectivas diferenciadas, alinhadas com uma compreensão renovada da sociedade. Conforme argumentado pelos referidos autores, a inclusão se concretiza quando a sociedade compreende, respeita e atende às necessidades de todos os seus membros, independentemente de classe social, religião, gênero e etnia. Diante deste contexto, a educação inclusiva emerge como uma ferramenta essencial para abraçar a diversidade, assegurando o direito não apenas da comunidade como um todo, mas também a atenção individualizada, respeitando as características particulares de cada um.

Entretanto, para que a inclusão como direito seja assegurada, é preciso mais que uma adesão teórica; a educação inclusiva requer prática efetiva e contínua. Nesse sentido fica evidente a necessidade de pensarmos além de soluções prontas e técnicas e, ao invés disso, promover uma mudança na forma de pensarmos o outro.

Quando pensamos na parte prática, a implementação da educação inclusiva engloba uma variedade abrangente de estratégias, atividades e processos com o intuito de concretizar o direito universal a uma educação de qualidade. Para maior clareza, a lista a seguir sintetiza as características e os princípios fundamentais da educação inclusiva:

Fundamenta-se nos direitos humanos e adota o modelo social da deficiência.

Pressupõe a modificação do sistema para adequá-lo ao aluno, não o contrário, reconhecendo que o problema da exclusão reside no sistema, não na pessoa ou em suas características.

Compreende que o processo de aprendizado tem início no nascimento, estende-se ao longo da vida e ocorre em diversos contextos, como casa e comunidade, abrangendo situações formais, informais e não formais. Além disso, engloba uma ampla gama de iniciativas comunitárias.

Caracteriza-se como um processo dinâmico em constante evolução, adaptando-se à cultura e ao contexto local.

Tem como objetivo capacitar comunidades, sistemas e estruturas a combater a discriminação, celebrar a diversidade, fomentar a participação e superar barreiras à aprendizagem e participação de todas as pessoas.

Reconhece e respeita todas as diferenças, sejam elas relacionadas à idade, sexo, origem étnica, idioma, estado de saúde, situação econômica, religião, deficiência, estilo de vida ou outras.

Integra-se a uma estratégia mais ampla de promoção do desenvolvimento inclusivo, visando criar um mundo caracterizado por paz, tolerância, uso sustentável dos recursos e justiça social; um mundo em que as necessidades e direitos básicos de todos sejam atendidos (ARANTES; MANTOAN, 2009, p.48).

A busca pela inclusão educacional tem como meta primordial evitar a exclusão de qualquer indivíduo do sistema escolar, exigindo que este se adapte às particularidades de todos os alunos. Conforme as práticas educacionais excludentes do passado cedem espaço e oportunidade para a integração das modalidades de educação, tanto regular quanto especial, em um sistema de ensino unificado, delineia-se o caminho em direção a uma reforma educacional abrangente. Nesse contexto, emerge a perspectiva de atender às necessidades educacionais de todos os estudantes dentro do ambiente da educação regular (Mantoan, 2005, p. 23). Este movimento representa não apenas uma transformação no cenário educacional, mas também um compromisso com a construção de um sistema que reconhece e valoriza a diversidade, assegurando que cada aluno receba a atenção e os recursos necessários para seu pleno desenvolvimento acadêmico e social.

Quando pensamos a Educação Inclusiva no contexto da Educação Infantil, é preciso evidenciar conforme aponta Carneiro (2012) para o histórico de exclusão que permeia a trajetória educacional de pessoas com deficiência. Este cenário, ao longo do tempo, relegou esses indivíduos à institucionalização, afastando-os do convívio social e estabelecendo a prática de segregação, comumente observada em escolas ou classes especiais, categorizadas de acordo com as particularidades das deficiências.

Anteriormente, prevalecia a concepção de que a integração dessas pessoas na sociedade só seria viável mediante um processo de normalização, que buscava equipará-las, ao máximo possível, aos padrões considerados normais. Este paradigma refletia uma abordagem que, por vezes, desconsiderava a singularidade desses indivíduos e os submetia a contextos educacionais restritivos.

No entanto, de acordo com Carneiro (2012), observa-se uma mudança significativa na perspectiva da educação nos dias atuais. A atual abordagem visa assegurar direitos educacionais iguais e promover a equidade educacional para todos, independentemente de suas características individuais. Essa transição marca uma transformação substancial no entendimento e na prática relacionados à inclusão na educação, representando um compromisso efetivo com a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e acessível a todos os alunos.

Para apreender a proposta da educação inclusiva, é preciso examinar o paradigma precedente a fim de delinear o papel da escola no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência. No modelo anterior, a ênfase estava na busca pela normalização, resultando na integração dessas crianças nas escolas regulares, muitas vezes em classes especiais ou salas de aula comuns adaptadas inadequadamente às suas necessidades, conforme mencionado anteriormente.

Entretanto, ao recusar a aceitação da diferença e impor padrões homogêneos de desenvolvimento, esse paradigma não apenas descaracteriza a função da escola, mas também redefine suas prioridades. A instituição passa a concentrar-se, em grande medida, na modificação do aluno com deficiência, desviando-se de sua missão original de disseminar conhecimento acumulado ao longo do tempo e contribuir para a formação das novas gerações. Essa abordagem ignora a riqueza da diversidade presente entre os sujeitos, comprometendo a essência educacional voltada para atender às variadas necessidadesdos estudantes.

O enfoque na reabilitação de funções ou na habilitação para desempenho de tarefas, possivelmente inexistentes devido à deficiência, acaba por resultar no afastamento desses alunos dos processos formais de educação. Essa tendência é preocupante,

pois não apenas limita o acesso desses estudantes a uma educação plena e inclusiva, mas também perpetua estigmas e barreiras que prejudicam seu desenvolvimento acadêmico e social. Morin (2011) destaca, de maneira eloquente, a diversidade como uma característica intrínseca à condição humana, sublinhando que a aceitação desse valor não apenas é essencial, mas também constitui um imperativo inquestionável.

O autor ressalta que a compreensão e valorização da diversidade não apenas enriquecem o tecido social, mas também são fundamentais para construir sociedades mais justas, inclusivas e verdadeiramente humanas. Ao reconhecer e abraçar a diversidade, estabelecemos a base para uma convivência harmoniosa e promovemos uma visão mais ampla e enriquecedora da experiência humana. Nesse contexto, a educação inclusiva emerge como uma resposta necessária para fomentar uma cultura de respeito, valorização e equidade, capacitando a escola a cumprir seu papel social de maneira mais abrangente e significativa. Nas suas palavras:

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie Homo sapiens. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno Morin (2011, p. 49-50).

Frente a essa perspectiva, a concepção de educação inclusiva tem ganhado força, defendendo que a escola precisa se abrir à diversidade, acolhê-la, respeitá-la e, sobretudo, valorizá-la como um elemento essencial na construção de uma sociedade democrática e justa. Essa visão implica que a escola busque meios para se reorganizar, a fim de atender a todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, desempenhando assim seu papel social. Espera-se que a escola inclusiva demonstra competência no desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem que proporcionem condições equitativas de desenvolvimento acadêmico para os alunos com deficiência. Para Carvalho (2005, p. 5):

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver.

Nesse contexto, torna-se evidente a importância de abordar a diversidade como um componente essencial para proporcionar oportunidades a todos. Essa perspectiva busca estabelecer um vínculo de igualdade, possibilitando o direito de aprender a fazer, aprender a ser e conviver de maneira equitativa.

De acordo com Carneiro (2012) a história da educação infantil no Brasil está vinculada ao surgimento das creches, configurando-se assim como uma instituição substituta do lar materno. A autora esclarece que entre o final do século XIX e início do século XX, essa concepção prevaleceu, sendo as necessidades educacionais dessa faixa etária desconsideradas. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a educação infantil foi reconhecida como um direito de todas as crianças. Durante a década de 1990, o Brasil aderiu à Declaração Mundial de Educação para Todos ao concordar com o documento apresentado durante a conferência mundial da UNESCO realizada na Tailândia. Ao assinar a Declaração de Salamanca, o país reafirmou o compromisso com a Educação Inclusiva. Desde então, desenrolou-se um processo de significativas transformações no sistema educacional brasileiro, todas elas guiadas pelo princípio da educação inclusiva. Tendo como início a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) conceitua a educação infantil como a primeira fase da educação básica, tendo como principal objetivo promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade. Essa abordagem abrange seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, reconhecendo a importância de proporcionar um ambiente educacional que estimule o crescimento holístico das crianças durante essa fase crucial de seu desenvolvimento. A legislação reflete o compromisso em garantir não apenas o acesso, mas também a qualidade da educação infantil, reconhecendo-a como um direito fundamental de todas as crianças brasileiras. Ao enfatizar o desenvolvimento integral, a LDB sinalizou para uma abordagem que vai além do simples ensino formal, destacando a necessidade de práticas educacionais que considerem a singularidade de cada criança e promovam seu bem-estar em todas as di-

mensões.

Diante da proposta brasileira de educação inclusiva, respaldada por suas políticas educacionais, compreendemos que o processo de reorganização da escola deve iniciar na educação infantil, uma vez que, de acordo com o que é prescrito na legislação, essa é a fase inicial do percurso educacional. Conforme evidenciado por Mendes (2010 apud Carneiro, 2010, p. 84):

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização, etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que em qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

A partir das diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação de crianças com necessidades especiais, o Ministério da Educação (MEC) desenvolveu, em 2001, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 2001). Na introdução desse documento, é ressaltado que a educação infantil como primeira etapa da educação básica, deve ser oferecida em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos. As atividades realizadas nessas instituições devem possuir uma natureza fundamentalmente pedagógica. O texto ressalta a relevância da educação infantil e destaca a imperatividade de estabelecer uma escola que abrace a diversidade desde o seu início. Para isso, referente às diretrizes gerais para creches e pré-escolas, o documento indica que, para atender às crianças com necessidades educacionais especiais, é necessário disponibilizar para as instituições recursos humanos capacitados em educação infantil e educação inclusiva, ponto crucial em relação à necessidade de formação de profissionais:

As crianças deficientes ou com necessidades especiais que frequentam a Educação Infantil precisam de profissionais capacitados, atentos para seus aspectos peculiares, capazes de promover a integração social e a aprendizagem delas. O provimento desse tipo de formação está garantido em várias legislações que tratam da educação especial, e em geral se voltam para os professores, aos quais se credita a maior responsabilidade pelo processo de inclusão na escola (Veiga, 2008, p. 169).

Além disso, outro elemento importante é a adaptação do espaço físico interno e externo conforme as normas de acessibilidade para receber as crianças, promover encontros de professores e outros profissionais para refletir e analisar o processo de inclusão e, por último, criar projetos pedagógicos que contemplem a inclusão.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no referido documento, vimos que a construção de uma escola inclusiva desde a educação infantil demanda uma análise criteriosa de diversos elementos, como espaços, equipe de profissionais, recursos pedagógicos, entre outros. Esses aspectos devem ser estrategicamente planejados para garantir o acesso e, principalmente, a permanência e o desenvolvimento integral de todos os alunos, incluindo aqueles cujas necessidades educacionais são únicas em função de suas características individuais.

Nesse contexto, a prática pedagógica surge como um desafio significativo para os profissionais da educação. E ainda é preciso ressaltar que, embora os elementos mencionados sejam essenciais e estejam interconectados, o que garante a efetividade da inclusão em seu sentido mais amplo é a ação pedagógica direcionada e intencional. É preciso que o engajamento do corpo docente em práticas pedagógicas contribua para um ambiente educacional enriquecedor, comprometido em celebrar a diversidade e promover uma cultura de aprendizado para todos.

Para atingir os propósitos da educação inclusiva, enfrentar o preconceito figura entre um dos desafios mais complexos de enfrentar. A experiência da criança com deficiência não é meramente uma vivência direta da condição física ou cognitiva, mas sim uma percepção das dificuldades que surgem em decorrência dessa condição. Essa percepção não apenas envolve os desafios práticos enfrentados pela criança, mas também abrange a consciência das atitudes discriminatórias e das situações estigmatizantes que frequentemente acompanham a deficiência.

A criança, ao enfrentar as complexidades relacionadas à sua condição, não apenas lida com as limitações impostas pela deficiência em si, mas também é exposta a uma série de preconceitos e estigmas sociais. Esses preconceitos podem se manifestar de diversas maneiras, como atitudes discriminatórias, exclusão social e estereótipos que perpetuam ideias negativas sobre as capacidades e o valor da pessoa com deficiência.

Consequentemente, a criança não apenas lida com os desafios inerentes à sua condição, mas também enfrenta o impacto psicossocial das atitudes discriminatórias e das situações estigmatizantes. Essa perspectiva ressalta a importância de uma abor-

dagem inclusiva na sociedade, que não apenas reconheça as necessidades práticas da criança com deficiência, mas também trabalhe para mitigar os preconceitos e estigmas que podem afetar negativamente sua experiência e desenvolvimento.

Pensar a educação inclusiva na perspectiva da educação infantil requer colocar a criança no centro da reflexão, isto é, como sujeito de direito, com capacidade de aprender, capacidade de produzir conhecimento e também de externar o mesmo. Nos dizeres de Drago (2014, p. 96):

pensar a inclusão na educação infantil é lutar duas vezes: uma pelo direito da criança pequena à educação de qualidade que a veja como sujeito produtor de história, cultura e conhecimento e outro por acreditar que a criança pequena com algum tipo de comprometimento físico, mental ou sensorial tem capacidade de aprendizagem e também é sujeito social que possui, produz e reproduz cultura, conhecimento e história.

Para promover uma prática educacional inclusiva, é fundamental que o professor vá além da visão tradicional que enxerga o aluno apenas como um indivíduo capaz. A transformação desejada requer uma reflexão profunda sobre a abordagem pedagógica adotada, visando à efetiva inclusão de todos os estudantes. Essa mudança implica não apenas na revisão de métodos de ensino, mas também na construção de uma integração entre o conhecimento acadêmico e empírico acumulado ao longo da carreira do professor.

De acordo com Sacristán (1995, p. 77), essa transição para uma prática educacional inclusiva exige uma abordagem que vá além do simples reconhecimento da diversidade dos alunos. O autor destaca a importância de considerar as características individuais de cada estudante, reconhecendo que a aprendizagem não ocorre de maneira uniforme para todos. Isso implica em uma valorização do conhecimento prévio e das experiências de vida dos alunos, integrando-as ao processo de ensino.

Sacristán (1995) reforça que a verdadeira prática inclusiva vai além da implementação de adaptações superficiais. Envolve, de fato, uma mudança nas concepções pedagógicas, onde o professor se torna um facilitador ativo do processo de aprendizagem, reconhecendo e respeitando as singularidades de cada aluno. O autor destaca a necessidade de os educadores se tornarem sensíveis às diferenças e desenvolverem estratégias que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Dessa forma, a promoção de uma prática educacional inclusiva não é apenas uma questão de implementar ajustes pontuais, mas sim de reestruturar o próprio paradigma educacional. A visão de Sacristán destaca a importância de os professores assumirem um papel ativo na construção de ambientes educacionais que acolham a diversidade, promovendo assim uma educação mais justa, igualitária e inclusiva. Sacristán (1995, p.77) é enfático ao afirmar que:

As mudanças educativas, entendidas como uma transformação ao nível das idéias e das práticas, não são repentinas nem lineares. A prática educativa não começa do zero: quem quiser modificá-la tem de apanhar o processo “em andamento”. A inovação não é mais do que uma correção de trajetória.

Embora um dos pilares da educação inclusiva seja a prática pedagógica do professor, cabe destacar que o ensino inclusivo também envolve o estabelecimento de relações colaborativas. As comunidades colaborativas como compreendidas pelos autores Walther-Thomas, Korinek e Mclaughlin (1999) desempenham um papel fundamental para os alunos com deficiências ou em situação de risco. Esses autores concordam que a adoção de uma cultura colaborativa de suporte no ambiente escolar resulta em uma alteração significativa nos papéis dos membros que compõem o grupo escolar.

Uma rede de apoio colaborativa, conforme definida por Friend e Cook (1998, apud MENDES, 2010, p. 181), é entendida como "um estilo de interação entre, no mínimo, dois parceiros equivalentes, engajados num processo conjunto de tomada de decisão, trabalhando em direção a um objetivo comum". Capellini (2011) observa que a colaboração entre dois ou mais profissionais na sala de aluna pode manifestar-se de maneiras variadas e flexíveis, proporcionando uma rica gama de abordagens. A autora ressalta que essa colaboração não se limita a um modelo fixo, mas, ao contrário, é uma prática que pode ser adaptada de acordo com as necessidades específicas dos alunos e os objetivos pedagógicos almejados.

A dinâmica colaborativa pode se manifestar através de como, por exemplo, um modelo em que ambos os professores atuam simultaneamente, compartilhando responsabilidades de ensino e suporte. Alternativamente, pode ocorrer em um formato de rodízio, no qual os professores se revezam em diferentes funções ao longo do processo educativo.

É relevante salientar que essa flexibilidade na colaboração permite uma maior adequação às demandas individuais dos alunos, promovendo uma abordagem mais personalizada e eficaz. Essa variedade de formas colaborativas proporciona um ambiente dinâmico e adaptável, favorecendo a construção de estratégias pedagógicas que melhor atendam às necessidades específicas de cada estudante. Nesse modelo de ensino, os professores se encontram focalizados, mas a responsabilidade também se estende

a outros envolvidos no processo educacional, podemos citar a direção da escola que viabiliza o processo, a participação ativa das famílias e dos próprios alunos como apoio também é essencial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre os desafios e perspectivas da educação inclusiva na educação infantil, é incontestável a importância de repensar as práticas pedagógicas como fundamento para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este artigo buscou trazer à luz a necessidade de transformações significativas desde a educação infantil, reconhecendo-a como a fase primordial para a formação integral das crianças, incluindo aquelas com necessidades educacionais especiais.

A implementação efetiva da educação inclusiva requer uma mudança profunda não apenas nas estruturas escolares, mas também na mentalidade e prática dos educadores. A concepção de uma escola inclusiva desde a educação infantil envolve não apenas a adaptação de espaços físicos, mas a formação de profissionais capacitados, comprometidos em promover uma educação que respeite e valorize a diversidade.

A legislação brasileira, desde a Constituição de 1988 até a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional de 1996, respalda a educação inclusiva como um direito fundamental de todas as crianças. Contudo, o desafio persiste na efetivação dessas políticas no cotidiano escolar. A transformação requerida vai além da inclusão no papel; ela demanda práticas pedagógicas que abracem a singularidade de cada aluno, reconhecendo suas potencialidades.

A colaboração entre profissionais, a adaptação de espaços e a promoção de uma cultura inclusiva são aspectos cruciais para a efetivação da educação inclusiva na educação infantil. A superação do preconceito e a valorização da diversidade não são apenas responsabilidades da escola, mas de toda a comunidade escolar, incluindo famílias e os próprios alunos.

A educação inclusiva, quando compreendida como um compromisso coletivo, contribui não apenas para o desenvolvimento pleno das crianças com deficiência, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa. Cada ação pedagógica, cada adaptação, cada esforço para compreender e atender às necessidades específicas dos alunos representa um passo na direção da concretização da educação inclusiva na educação infantil.

Em síntese, a educação inclusiva na educação infantil é um desafio que se torna uma oportunidade de redefinir o propósito da educação. Ao promover uma cultura inclusiva desde os primeiros anos, estamos não apenas formando cidadãos capazes, mas contribuindo para a construção de uma sociedade que celebra a diversidade como um valor fundamental.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

ARANTES, V. A. (Org.); MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos. 3. ed. São Paulo: Summus, 2009 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e

Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília. p. 27.833-27.841, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC/SEESP/SEF, 2001.

BRASIL. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva,

2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em 29 de jan. 2024.

CAPELLINI, V. L. M. F. Infância e inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. In: VICTOR, S. L. (Org.). Educação especial e educação inclusiva: conhecimentos, experiências e formação. Araraquara: Junqueira e Marin, p. 128-151, 2011.

CARNEIRO, R. U. C. Educação Inclusiva na Educação Infantil. Práxis Educacional, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: com os pingos nos is. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20943_11137.pdf>: Acesso em 29 jan. 24.

DRAGO, R. Inclusão na Educação In-

fantil. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

SACRISTÁN, J. G. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. IN: NÓVOA, A. Profissão Professor. Portugal, Porto Editora, 1995.

STRIEDER, R. ZIMMERMANN, R. L. G. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. Cadernos de pesquisa: Pensamento educacional, v. 5, n. 10, mai./ago, 2010.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira e Marin, 2010.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

VEIGA, M. M. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. Revista Paidéia, v. 5, n. 4, 2008.

WALTHER-THOMAS, C.; KORINEK, L.; MCLAUGHLIN, V. L. (1999). Collaboration to support student's success. Focus on Exceptional Children, v. 32, n. 3, p. 1-18.